PROJETO DE LEI Nº , DE 2015

(Do Sr. Valdir Colatto)

Determina a doação de alimentos com prazo de validade não vencido e bens perecíveis apreendidos a entidades sem fins lucrativos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os alimentos com prazo de validade não vencido, com sanidade e próprios ao consumo, apreendidos no exercício da atividade de fiscalização pela União, serão doados sumariamente a entidades sem fins lucrativos declaradas de utilidade pública federal, estadual ou municipal ou a entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, ainda que o procedimento administrativo instaurado não tenha sido concluído, mediante termo nos autos.

Parágrafo único. Será responsabilizado administrativamente, nos termos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, o servidor público que injustificadamente não der a destinação prevista aos bens a que se refere o caput deste.

Art. 2º Sem prejuízo de laudos e documentos comprobatórios da infração, a autoridade administrativa poderá manter parte mínima dos bens apreendidos em depósito para eventual comprovação da materialidade da infração e reexame.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A proposição que ora apresentamos visa assegurar que os alimentos apreendidos no curso do procedimento administrativo possam ser objeto de destinação, mediante doação, a entidades sem fins lucrativos.

A intenção é evitar que ocorra o desperdício desses alimentos, tendo em vista que, por vezes, é morosa a conclusão do procedimento administrativo instaurado com a apreensão. É o caso, por exemplo, de produtos alimentícios com curto prazo de validade. Seria injustificável seu não aproveitamento quando se sabe que entidades de relevante cunho social deles necessitam. Assim, antes mesmo de encerrar-se o procedimento administrativo, o projeto de lei permitirá que os alimentos possam ser doados a entidades de relevante atuação social. Visa-se, assim, assegurar que se retire do alimento toda a utilidade econômico-social possível. Outro aspecto positivo decorre do fato de que o armazenamento desses alimentos em depósitos da administração pública é dispendioso, o que torna conveniente e oportuna a célere destinação dos bens.

Ressalte-se que, de forma isolada, há normas no ordenamento jurídico que permitem a destinação de bens apreendidos a entidades sem fins lucrativos. Por exemplo, no âmbito da Receita Federal, tem-se o Decreto-Lei nº 1.455, de 1976 (artigos 28 a 33) e o Decreto nº 6.759, de 2009, (Regulamento Aduaneiro – artigos 803 a 806). No âmbito do IBAMA, tem-se a Lei dos Crimes Ambientais (art. 25 da Lei n. 9.605/98). O Conselho Nacional de Justiça – CNJ, por sua vez, editou a Resolução nº 30, de 2010, na qual se recomenda a alienação antecipada de bens apreendidos em procedimentos criminais. Inovando no ordenamento, a proposição em tela servirá como norma geral a aplicar-se aos diversos campos de competência do poder de polícia da União.

Por fim, ressalto que, a fim de dar efetividade à obrigação que pretendemos instituir, a proposição prevê a responsabilidade administrativa do servidor que injustificadamente não der a destinação devida aos alimentos apreendidos, o qual estará sujeito às sanções disciplinares previstas na Lei nº 8.112, de 1990.

Pelo exposto, contamos com o apoio dos nobres colegas parlamentares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, em de de 2015.

Deputado VALDIR COLATTO